

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO  
E OS REFLEXOS NO MERCADO DE  
TRABALHO (2014-2016)**

RAYSSA CAIÉ DE OLIVEIRA FERRARI  
DRE: 113151609

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wilson Vieira

Rio de Janeiro – RJ  
Abril de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO  
E OS REFLEXOS NO MERCADO DE  
TRABALHO (2014-2016)**

---

RAYSSA CAIÉ DE OLIVEIRA FERRARI  
DRE: 113151609

ORIENTADOR: Prof. Dr. Wilson Vieira

Rio de Janeiro – RJ  
Abril de 2019

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.*

## **AGRADECIMENTOS**

Neste momento de profunda alegria eu poderia agradecer não só a Deus, mas a tantas pessoas que passaram pela minha vida, nesses quase seis anos de graduação e também nesses pouco mais de vinte e três anos de vida. Porém, alguns merecem seu devido destaque, a primeira e crucial pessoa é minha mãe, sem ela nem a vida eu teria, de fato, mas sem ela nada do que construí até aqui, desde o meus primeiros instantes na terra teria sido construído, agradeço seus incansáveis esforços em me mostrar o quão forte podemos ser e me capacitar a acreditar em mim, o que foi um fator importantíssimo para a conclusão dessa caminhada, além de me dar muito amor, é claro. Também agradeço a toda minha família, pai, avós, tios, primos, que sempre acreditaram em mim e também me deram muita força e apoio. Além disso, não posso esquecer-me dos meus amigos, sempre presentes na minha vida, difícil citar nomes nesse momento, muita gente esteve comigo, mas destaco minha amiga Pamella, que está em minha vida há mais de treze anos, me acompanhando na evolução e crescimento pessoal, e durante a graduação destaco o papel de Clara, que desde o primeiro dia esteve presente comigo, nos apoiamos muito uma na outra para que esse caminho da graduação fosse menos árduo e agora estamos chegando ao final dele. Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador Wilson Vieira pela atenção e empenho dispendidos ao me ajudar na construção desse trabalho.

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a crise do mercado de trabalho entre 2014 e 2016 à luz do debate sobre o Novo Desenvolvimentismo, teoria que guiou a política econômica brasileira entre os anos de 2003 e 2016, e sua crise. No Brasil entre os anos de 1930 a 1980 o Nacional-Desenvolvimentismo foi a base das políticas de desenvolvimento, caracterizando-se como uma industrialização por substituição de importações, atrelando a isso políticas protecionistas, com o intuito de fomentar o mercado interno. Porém, após a crise da década de 1980, também conhecida como “década perdida”, as ideias neoliberais ganharam força no país e guiaram as políticas econômicas dos anos 1990, mas após nova crise, no final dessa década e início dos anos 2000 (segundo governo Fernando Henrique Cardoso), a política econômica heterodoxa volta a ganhar força e se reinstaura no país com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. O Novo Desenvolvimentismo surge como uma alternativa e passa a ser base das políticas econômicas do país, principalmente a partir de 2006. Porém, os desafios são maiores: o Brasil tem que lidar com economias muito mais globalizadas e abertas, o protecionismo já não é mais alternativa, o país precisa continuar na economia mundial, e conviver com a crescente financeirização e neste contexto superar o subdesenvolvimento. Inclusive, as principais críticas a esta teoria vêm justamente das possíveis controvérsias contidas nesta tentativa de “agradar” ao mercado e ao mesmo tempo fazer uma política que contemple um desenvolvimento econômico e social. Nos primeiros anos da presença do Novo Desenvolvimentismo os resultados foram satisfatórios, inclusive com o aumento do número de empregos formais. Porém, pouco tempo depois da crise mundial de 2008, a qual o país a princípio se saiu bem, os resultados começaram a piorar e a nova política começou a ser questionada, inclusive com reflexos negativos no mercado de trabalho. O trabalho será construído através de um resgate histórico das teorias de desenvolvimento que vigoraram desde 1950 no Brasil, além do panorama do mercado de trabalho desde 1950 a 2016 através da análise de dados referentes ao mercado de trabalho no período pesquisado e as políticas públicas vigentes no mesmo. Na última sessão procura-se entender quais políticas econômicas precederam esse período de crise para que ocorressem tais resultados negativos.

# ÍNDICE

RESUMO .....	5
ÍNDICE.....	6
INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTISMO, LIBERALISMO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO. ....	9
1.1    Desenvolvimentismo.....	9
1.1.1 - A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal).....	9
1.1.1.1 Anos 1950.....	13
1.1.1.2 Anos 1960.....	14
1.1.1.3 Anos 1970.....	15
1.1.1.4 Anos 1980.....	17
1.1.2 - O debate desenvolvimentista no Brasil .....	19
1.2    – Liberalismo .....	24
1.3    - Novo Desenvolvimentismo .....	25
CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO 1950 – 2014 .....	28
2.1 - Décadas de 1950 a 1980 .....	28
2.2 – Década de 1990 a 2014 .....	32
CAPÍTULO 3: CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO E OS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO .....	45
3.1 A crise .....	45
3.2 Os reflexos no mercado de trabalho .....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	555

## INTRODUÇÃO

Após o fracasso tanto do desenvolvimentismo clássico, com elevados déficits públicos, que aumentaram de forma significativa a dívida externa do país, quanto o neoliberalismo que veio depois desse e gerou déficit em conta-corrente e uma nova crise do Balanço de Pagamentos (Bresser-Pereira, 2016). O Novo Desenvolvimentismo surge como uma proposta de melhoras das condições sociais pautado na estratégia de “transformação produtiva com equidade social” que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. (SICSU; PAULA, MICHEL, 2007, p.3)

Com a eleição do Partido dos Trabalhadores em 2003 inicia-se uma mudança na orientação econômica do país e no período entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter:

As taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível de emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle (CARVALHO, 2018, P.10)

Toda essa prosperidade começa a se diluir a partir de 2011, quando a economia começa a desacelerar, em partes porque a política de incentivar o crescimento através do consumo interno começa a perder fôlego e depois porque o cenário internacional que foi favorável no período anterior, com o protagonismo do chamado “*boom de commodities*” já não é mais o mesmo após a crise internacional no final de 2008. A sucessão desses acontecimentos é uma desaceleração do crescimento que se transforma em crise econômica no final de 2014.

A partir do ano de 2015, com o país em crise, foi observada uma elevação significativa nas taxa de desemprego no Brasil. Afirmação essa que pode ser justificada através dos dados presentes em base de dados como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), a Relação

Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A elevação do desemprego traz consigo reflexos para além dos econômicos, os impactos sociais também são relevantes e esses não podem ser ignorados quando se pensa no desenvolvimento de uma nação.

A questão que esse trabalho se propõe a responder é quais são as possíveis motivações ligadas às políticas econômicas praticadas no Brasil e que desencadearam o crescimento vertiginoso do nível de desemprego no país nos anos de 2015 e 2016, levando em consideração que o mesmo aconteceu em meio a uma crise econômica e política e que os resultados ruins não dependem unicamente das políticas trabalhistas. O fator desemprego muitas das vezes é secundário às políticas. Entender o encadeamento entre políticas econômicas e as consequências que transbordam na sociedade para além das principais variáveis econômicas é bastante razoáveis para o estudo de um desenvolvimento socioeconômico adequado para cada país, levando em consideração as suas especificidades.

Para entender a sequência de fatos que levaram a elevação da taxa de desemprego no país a seguinte pesquisa está dividida em três sessões, além desta introdução e da conclusão. Primeiramente foi feita uma revisão teórica das principais vertentes de desenvolvimento que embasaram as políticas econômicas praticadas no Brasil, na sessão seguinte há uma aproximação entre a política econômica e os movimentos do mercado de trabalho desde o ano de 1950, até o ano anterior a crise do mercado de trabalho e por último na terceira sessão também é feito o esforço de aproximação entre a política econômica e a situação do mercado de trabalho, porém enfatizando o período da crise.



## **CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTISMO, LIBERALISMO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO.**

A política de desenvolvimento no Brasil, de maneira geral, foi guiada por três braços ideológicos diferentes de 1950 a 2014. Perante isso, pode-se dividir este grande período em três grandes blocos descritos a partir de uma explicação histórico- teórica sobre cada uma das teorias de desenvolvimento que fundamentaram tal política, a partir da leitura e interpretação própria de textos dos autores das mesmas e também de outros influentes acadêmicos que já contribuíram com os temas através de suas interpretações.

Seguir-se-á uma ordem cronológica, até para que haja um melhor entendimento da sequência de fatos que geraram mudanças nos pensamentos do governo em relação à decisão de quais políticas de desenvolvimento iriam nortear suas escolhas. Primeiramente será explorado o desenvolvimentismo, em seguida o liberalismo, dessa vez dando um foco maior não às teorias, que os fundamentam, mas nas suas aplicações práticas no Brasil durante um período e por último, o novo desenvolvimentismo pensado em grande parte por brasileiros, o qual também será apresentado de maneira detalhada.

A retomada teórica de cada uma dessas vertentes de desenvolvimento é importante para que se compreendam os processos por trás dos resultados no mercado de trabalho, que é o nosso objeto de pesquisa e, como já citado, aparece como coadjuvante das políticas e. muitas vezes, as variações apresentadas pelo mesmo não são resultados apenas de uma política trabalhista.

### **1.1 Desenvolvimentismo**

#### **1.1.1 - A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal)**

O período conhecido como Nacional Desenvolvimentista durou de 1950 a 1989. Essa denominação é dada à experiência brasileira na aplicação teoria Cepalina de desenvolvimento.

Bielschowsky (1998, p.16) define o pensamento cepalino como “(...) um corpo analítico, que deriva de uma fértil interação entre, por um lado, um

método essencialmente histórico e indutivo e, por outro, uma referência abstrato-teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano”.

Quando Fonseca (2004) fala sobre o surgimento do Desenvolvimentismo tal qual teoria criada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), a define da seguinte maneira:

“Para se falar em desenvolvimentismo, então, um primeiro pré-requisito se impõe: a associação dos três elementos do “núcleo duro” em um *conjunto comum* de ideias concatenado e estruturado. Mas não apenas isto. O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um *guia de ação* voltado do a sugerir ou justificar ações governamentais *conscientes*. Estabeleceu-se, portanto, a hipótese de que sem *uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo*. Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união entre três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a *justificar a si mesmo*, ou seja, quando há a defesa explícita de que a *principal tarefa* do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser. (p.2)”

A Cepal era composta por vários importantes teóricos, como Raúl Prebisch, Anibal Pinto, Celso Furtado, dentre outros e desde a sua criação a Cepal concentra um esforço teórico em propor mudanças estruturais para que os países Latino-americanos superem o subdesenvolvimento e essas propostas são feitas de acordo as especificidades dessa região e também vão sendo modificadas conforme novas condições se apresentam. Portanto, a teoria cepalina se “transforma” ao longo do tempo.

A partir do que dizem esses autores é possível interpretar que o Desenvolvimentismo é um movimento fundamentado numa teoria do desenvolvimento elaborada na própria América Latina, voltado para uma estratégia de superação do subdesenvolvimento pela periferia capitalista que precisava transpor sua dependência externa, passando por um processo de

industrialização tardia, sendo necessário para isso uma forte articulação entre o Estado e o mercado.

E como uma última contribuição sobre o mesmo tema, nas palavras de Bresser- Pereira (2006).

“O desenvolvimentismo não era uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento. Usava as teorias econômicas disponíveis para formular, para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista, a estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos países centrais. Teorias baseadas no mercado, porque não há teoria econômica que não parta dos mercados, mas teorias de economia política que atribuíam ao Estado e a suas instituições um papel central na coordenação da economia.” (p.2)

Ainda que o método estruturalista da escola cepalina trouxesse consigo a ideia de superação do subdesenvolvimento através de uma análise de políticas necessárias que foram pensadas e pautadas nas particularidades que os países periféricos apresentam, a pretensão não era de fazer uma comparação e se espelhar diretamente no processo de industrialização e desenvolvimento dos países centrais, como se a situação de subdesenvolvimento fosse uma etapa que todos passaram até alcançar o desenvolvimento e vir a se tornar um país central.

A Cepal surge justamente para abarcar as particularidades da América-Latina que as outras teorias criadas nos países pertencentes ao centro não conseguiam explicar e dificilmente conseguiam incorporar as necessidades periféricas.

As mudanças estruturais e os processos que os países latino-americanos passariam seria uma experiência particular de transição entre países primário-exportador, que eram, para industriais. Processo pelo qual os países centrais não tinham passado, porque a história da sua industrialização, ainda dos que a fizeram de maneira tardia, não foi tanto quanto na América Latina que começaria a impulsionar esse processo 150 anos depois da Inglaterra, pioneira da industrialização.

Nesses quarenta anos de Nacional Desenvolvimentismo o contexto histórico foi se modificando, o que exigia que as estratégias políticas traçadas também sofressem alterações. Em Bielschowsky (1998) é apresentado um

quadro resumo sobre essas mudanças no contexto histórico e consequentemente do foco da Cepal.

Análise histórico-estruturalista			
Elementos permanentes	Inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)	Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/progresso técnico e do emprego/distribuição de renda	Ação estatal
1948-60 (industrialização)	Deterioração dos termos de intercâmbio; desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; integração regional.	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas por especialização e heterogeneidade estrutural: inflação estrutural e desemprego.	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 (reformas)	Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés ante exportação industrial.	Reforma agrária e distribuição de renda como requisito para a redinamização da economia; heterogeneidade estrutural; dependência.	Reformar para viabilizar o desenvolvimento.
1970 (estilos de crescimento)	Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora.	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização combinando mercado interno e esforço exportador.	Viabilizar o estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer exportações industriais.
1980 (dívida)	Asfixia financeira.	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques de estabilização; custo social do ajuste.	Renegociar a dívida para ajustar com crescimento.
1990 – 98 (transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais.	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir o “hiato da equidade”	Implementar políticas de fortalecimento da transformação produtiva com equidade.

Fonte: Bielshowsky (1998, p.19)

### 1.1.1.1 Anos 1950:

O mundo acabava de passar pela Segunda Guerra Mundial e vivia um momento de reconstrução. Na América Latina a industrialização ganhava força nesse momento. Esse é o momento em que a teoria cepalina está surgindo, para tapar um “vazio teórico”, como diz Bielschowsky, uma versão regional da teoria do desenvolvimento pertencente à hegemonia heterodoxa keynesiana.

Nesse momento a industrialização era vista como a engrenagem principal para a superação do subdesenvolvimento e da pobreza na região. Apesar de bastante difundida e aceita, as ideias cepalinas eram vistas com cautela por parte dos países centrais, principalmente pelo governo norte-americano.

Já nas primeiras publicações três pontos importantes são ressaltados, a industrialização como uma forma de absorção do progresso técnico já existente no mundo, as fragilidades da região latino-americana em se inserir no mercado mundial e a vulnerabilidade externa que esses países incorrem na sua tentativa de desenvolvimento e, além disso, as estruturas frágeis nas quais a industrialização é construída e que geram distorções em que o mercado sozinho não consegue resolver, o que justifica a forte presença estatal em toda construção do pensamento cepalino.

A visão de Prebisch, nas palavras de Bielschowsky (1998), sobre como funcionavam a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos nas economias periféricas na América-Latina era:

“(...) enquanto ocorresse, o processo de industrialização não relaxaria a vulnerabilidade externa, porque por muito tempo à frente manter-se-ia na periferia latino-americana a condição de exportadora de produtos primários, de demanda inelástica nos países cênicos, e de importadora de produtos industriais, de alta elasticidade da demanda na periferia. Assinalava que, enquanto não fosse concluído, o processo de industrialização enfrentaria permanentemente uma tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, já que o processo substitutivo “aliviava” as importações por um lado, mas impunha novas exigências, derivadas tanto da nova estrutura produtiva que criava como do crescimento da renda que gerava. Por essa razão, apenas alterava-se a composição das importações, renovando-se continuamente o problema da insuficiência de divisas”.(p.29)

Dada tamanha dificuldade estrutural, ainda que o processo de industrialização, visto como uma das chaves para o desenvolvimento, e que ocorreu nesse período, tenha sido iniciado de forma espontânea, a Cepal sempre defendeu que ele fosse orientado pelo Estado “(...) como um corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida” (Bielshowsky, 1998).

Nos anos 1950 a Cepal se ateve a demarcar melhor orientações macroeconômicas, como um ponto de partida para o auxílio do desenvolvimento dado as restrições de poupança e balanço de pagamento existente.

#### **1.1.1.2 Anos 60:**

A década de 1960 foi marcada no mundo pelo princípio da Revolução Cubana que ocorreu em 1959 e que repercutiu principalmente na postura norte-americana em relação a Cepal, passando a adotar uma postura mais política em relação a comissão.

Dado esse contexto, a Cepal nesse momento passou a discutir e se preocupar com os desdobramentos que o processo de industrialização estava causando e três pontos eram tidos como principais:

“primeiro, a interpretação de que a industrialização havia seguido um curso que não consegui incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico; segundo, a interpretação de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, apenas sua natureza havia sido alterada; e, terceiro, a ideia de que ambos os processos obstruíam o desenvolvimento” (BIELSHOWSKY, 1998, p.38)

O fato dos membros integrantes da Cepal fazerem parte, em sua grande maioria, da centro-esquerda, tornava as questões sociais um ponto importante na construção das políticas e nesse caso os desdobramentos da industrialização não estavam tendo o reflexo positivo que se esperava, não trazendo melhora das condições sociais. Mudar esse quadro passou então a ser o principal objetivo da teorização cepalina nessa década.

Prebisch defendia que uma das formas de melhorar as condições sociais e redistribuir renda era através de uma reforma agrária. Só assim seria possível superar o que ele chama de “insuficiência dinâmica”. Nas palavras Bielshowsky (1998) essa ideia era de que a utilização da tecnologia gerada no centro, por parte da periferia, implicaria na sobreutilização do capital, que era o recurso escasso, em detrimento do trabalho, que era abundante. Isso recaía sobre a disponibilidade de poupança potencial para fins de investimento produtivo.

Furtado concordava com a ideia de “insuficiência dinâmica” e a interpretava como resultado do aumento de setores intensivos em capital, com cada vez mais produção em escala e por consequência cada vez menos demanda por mão-de-obra<sup>1</sup>.

Nesse período surgiram outros termos marcantes de outros autores cepalinos como é o caso da “heterogeneidade estrutural” de Aníbal Pinto. De uma maneira geral cada um usava do seu próprio termo para explicar visões interpretativas bem parecidas para as dificuldades de gerar dinamismo e alcançar um desenvolvimento pleno com melhoras sociais nos países latino-americanos, justificados principalmente pela baixa qualificação da mão de obra, distribuição não homogênea dos frutos do progresso técnico entre classes econômicas e setores produtivos.

“Os diagnósticos cepalinos de “insuficiência dinâmica”, de “dependência” e de “heterogeneidade estrutural” preconizavam agendas políticas semelhantes, de reformas dentro do capitalismo. A ideia era de que o padrão ou estilo de desenvolvimento econômico teria que ser alterado, através de melhor distribuição de renda e de profundas reformas, agrária, patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica. E entendiam que para tanto se fazia necessária profunda transformação política, nela incluída, centralmente, a recuperação da democracia nos países em que se haviam instalado ditaduras militares”(Bielshowsky,1998, p.43)

### **1.1.1.3 Anos 1970**

As preocupações da década anterior, principalmente em relação à melhora das condições sociais, continuam presentes, mas esta década

---

<sup>1</sup> BIELSCHOWSKY (1998, p.40).



inaugura um novo ponto ao qual a Cepal vai passar a se debruçar com mais afinco, à exportação da produção industrial dos latino-americanos, até porque havia uma preocupação com relação à escassez de divisas, que poderia ser minimizado com bons planos no sentido do aumento das exportações, principalmente de produtos manufaturados que possuíam um maior valor agregado.

O começo da década foi marcado por elevado crescimento dos países latino-americanos, expansão das exportações e a alta liquidez internacional, lo que permitiu uma significativa entrada de capital externo. Porém, esse cenário positivo não durou muito tempo. Em 1973 aconteceu o primeiro choque do petróleo, que impactou a economia no mundo inteiro, criando uma recessão generalizada. Na América Latina em particular, os países ainda eram bastante vulneráveis a externalidades. No entanto, estes se endividaram para poder estabilizar suas economias e continuar crescendo e por isso ainda tiveram um aumento significativo do Produto Interno Bruto até o final da década. Bielschowsky (1998) ressalta que a estratégia seguida pelo Brasil foi continuar seu processo de industrialização com forte proteção estatal planejado através da diversificação de exportações de produtos manufaturados.

A Cepal tinha como ideal propor políticas de médio e longo prazo, porém as circunstâncias do período fizeram com que os países passassem a adotar políticas de curto prazo, na tentativa de “se manter de pé”. Nesse momento a comissão perde um pouco o poder de influência que tinha sobre os países da região. Além disso, nesse período o sistema financeiro começa a galgar o protagonismo que irá alcançar mais para a frente e de uma maneira geral no mundo o neoliberalismo começa a reascender em detrimento do keynesianismo.

Dado o novo cenário mundial, os teóricos cepalinos começaram a analisar e propor novas formas de crescimento econômico, adaptando-as de acordo com as possibilidades apresentadas pelo mercado internacional e o interno. Porém, como está em Bielschowsky (1998) a etapa evoluiu para profunda “perplexidade” entre os intelectuais cepalinos, que não conseguiam esconder suas apreensões quanto à factibilidade de redirecionar o desenvolvimento para uma maior hegemonia social, ainda que países como

Brasil e Colômbia estivessem conseguindo ser bem sucedidos nas estratégias adotadas.

#### **1.1.1.4 Anos 1980**

A década de 1980, também conhecida como “década perdida”, foi marcada por forte recessão econômica. Como supracitado, o Brasil foi um dos países que conseguiu manter um alto crescimento durante o período anterior mesmo após os dois choques do petróleo. Porém, não o fez de maneira sustentável e por isso cresceu de maneira vertiginosa seu endividamento. Com um cenário externo ainda desfavorável e após um aumento da taxa de juros pelo Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos) o país acabou entrando em forte recessão.

Este pode ser considerado um período de transição entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo na política econômica do Brasil. Diante da crise econômica que o país enfrentava o desenvolvimentismo não tinha mais fôlego para continuar guiando as políticas e com as imposições feitas pelo FMI para salvar o país a política ortodoxa começou a ser praticada. Isto é explicado por Bielschowsky (1998, p.58) no seguinte trecho:

“A crise dos anos 1980 deslocaria finalmente a um segundo plano a produção desenvolvimentista, e o esforço intelectual central passaria ao plano que se impunha historicamente, o da oposição à modalidade de ajuste exigida pelos bancos credores e pelo FMI. Como é óbvio, em condições de inviabilidade de crescimento, o espaço e o interesse pelas discussões de longo prazo eram limitados. A primazia passava às questões imediatas ligadas a dívida, ajuste e estabilização.”

Portanto, é feita a passagem do desenvolvimentismo para teoria econômica ortodoxa. Isto é “quando a teoria econômica neoclássica e a ideologia neoliberal tornam-se dominantes, o projeto de industrialização é abandonado porque é julgado “desnecessário” para o crescimento econômico, e, nos anos 1990, as reformas neoliberais são adotadas.” (Bresser-Pereira, 2016, p.7)

### **1.1.2 - O debate desenvolvimentista no Brasil**

A pesar da Cepal ter sido um grande centro de estudos e referência em toda América Latina com relação ao pensamento desenvolvimentista é importante que seja dado um destaque aos debates que aconteceram no Brasil em relação a esse novo ideal de política de desenvolvimento nacional que começou antes mesmo da fundação da mesma, datada de 1948.

A partir de 1930, com o Estado Novo, o Brasil começa a dar os primeiros passos em relação ao movimento de industrialização e urbanização do país. Fato este, que gera controvérsia entre os autores de quando seria inaugurado o período desenvolvimentista Brasileiro, podendo ter seu início considerado na década de 1930 e não 1950. Como reflexo da Revolução de 1930, dentro do início do Processo de Industrialização por Substituição de Importações (PSI ou ISI) (...) observa-se o início de uma ideologia desenvolvimentista. (VIEIRA, 2010, p.64)

Para Vieira (2010, p. 64-65) ao interpretar Bielschowsky, aponta uma mudança de orientação a partir de 1930 sinalizando uma consciência para a necessidade de industrialização do país já assumindo elementos ideológicos presentes no projeto desenvolvimentista que se tornou hegemônico a partir da segunda metade da década de 1950. Ideias como as de: i) implementar um setor industrial integrado; ii) necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros suficientes para a viabilização de uma industrialização que abrangesse todos os departamentos da economia; iii) intervenção do Estado em apoio à iniciativa privada ganhava maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país, ao mesmo tempo que a ideia de planejamento começava a se impor; e iv) o nacionalismo econômico, devido à Grande Depressão, ganha uma nova dimensão, com o acirramento do sentimento anti-imperialista clássico nas questões de âmbito econômico (defesa das barreiras alfandegárias e controle nacional sobre os recursos naturais) e com o ganho de expressão cada vez maior da visão de que a industrialização só seria viável através de um apoio estatal que fosse além do planejamento e do controle sobre os recursos naturais e que passasse a incluir também investimentos diretos em transporte, mineração, energia e indústria de

base.

Durante esse período, mais precisamente na década de 1940, dois significativos personagens traçaram um intenso debate em relação às novas diretrizes econômicas do país, estes eram Roberto Simonsem e Eugênio Gudin. Suas contribuições foram de suma importância para a implementação de um novo ideal de desenvolvimento econômico. O cerne desse debate girava em torno da intervenção do Estado. Enquanto Simonsem defendia que fosse feita uma industrialização do país como mecanismo de superação da pobreza e essa deveria ter o Estado como o principal fomentador desse processo, Gudin era um típico liberal, que defendia uma intervenção mínima do Estado, deixando essas restritas a momentos de crise, e defendia uma industrialização no longo prazo no Brasil, priorizando progresso técnico e melhora da produtividade agrícola e equilíbrio das contas externas como prioridade no processo de desenvolvimento do país. Segundo Vieira (2010, p.70):

A polêmica entre Simonsen e Gudin ocorreu em torno do que viam como projeto de nação e os pontos críticos dessa controvérsia foram: a questão da pobreza, o papel do Estado, o problema da renda nacional e a difícil conciliação entre estabilidade financeira e reestruturação econômica.

Mesmo com o desenvolvimentismo se tornando hegemônico a partir da década de 1950, o debate entre o melhor caminho para o desenvolvimento não se encerra, tanto entre os que discordam da corrente desenvolvimentista, quanto entre os que se identificam com as ideias cepalinas demonstram divergências em seus pensamentos. Vieira (2010,p.83-92) sintetiza esse debate, no qual as ideias liberais eram defendidas ainda por Gudin e ainda se opondo as ideias da Cepal, Bulhões, dentre os que compartilhavam das ideias do desenvolvimentismo pode-se ressaltar no debate Furtado, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e Partido Comunista (PCB) que tem como representante de destaque Caio Prado Jr.

A posição de Gudin, como já supracitado, era adepto do liberalismo e completamente oposta as ideias desenvolvimentistas, o mesmo considerava a análise de Prebisch sobre o subdesenvolvimento sem fundamento, a seu ver não cabia aos economistas discutir aspectos tecnológicos e que este não era o

problema fundamental do subdesenvolvimento, além disso, a Cepal deveria preocupar-se com a inflação, combater o nacionalismo e preocupar-se com a “excessiva proteção ao produtor ineficiente”, que leva a um grande desperdício de fatores escassos. (VIEIRA, 2010, p.84). Bulhões foi outro que criticou o desenvolvimentismo cepalino, mas se ateve a ressaltar que do seu ponto de vista o planejamento de desenvolvimento proposto não levava em consideração os riscos de inflação.

Outro intelectual que também flerta com as ideias neoliberais, dessa vez com relação ao planejamento para a superação da condição periférica do país Vieira (2010, p.179) destaca a contribuição de Roberto Campos ao debate, este tinha uma visão diferente da proposta pelo desenvolvimentismo cepalino em relação ao projeto de industrialização do país, na sua visão o planejamento para a industrialização não deveria ser total, mas sim parcial, atuando sobre os pontos de estrangulamento e sobre os pontos de germinação e contando com participação do capital estrangeiro.

No lado daqueles que compartilhavam das ideias desenvolvimentistas os pesquisadores do ISEB, a pesar de sua diversidade tinham ideias convergentes em relação do diagnóstico do subdesenvolvimento dentre elas a presença de uma dualidade na sociedade tanto no setor produtivo, quando na população, estando parte ligada a industrialização e a incorporação de novas tecnologias e por isso avançando, enquanto outros setores eram considerados parasitários e não modernos, por não estarem avançando com a nova ordem social que se apresenta. Porém, a crítica por parte do ISEB veio na década de 1960, quando a industrialização não apresentou os resultados de transformação social esperados pelo projeto desenvolvimentista. O PCB também compartilhava das ideias desenvolvimentistas. Porém, quanto à reflexão para entender as causas do subdesenvolvimento brasileiro, adotavam a perspectiva marxista e as teses da III Internacional Comunista para os países coloniais e atrasados. (VIEIRA, 2010, p.87) Em síntese, essa perspectiva pode ser dita como:

a agricultura brasileira possuía características semifeudais e era voltada para a exportação de produtos primários coloniais, entrave à expansão das forças produtivas industriais. E tal situação se

conservava devido ao imperialismo, principal inimigo do desenvolvimento da nação e aliado das forças retrógradas ligadas aos interesses agrários. Para romper tal situação se faria necessária uma revolução democrático-burguesa, fato que se tornou possível na década de 1950 devido à nova configuração socioeconômica que surgia no país: a burguesia nacional despontava como uma classe social que tinha interesse no desenvolvimento das forças produtivas e podia ser vista como uma forte aliada dos trabalhadores (...) (VIEIRA, 2010, p.87)

Vale dar destaque ao falarmos sobre o PCB a Caio Prado Jr., integrante que contribuiu para interpretação do subdesenvolvimento do Brasil com suas reflexões que apontam para um país que não superou o período colonial por estar ainda inserido no capitalismo mundial de maneira subordinada, sendo exportador de produtos agrícolas entre as décadas de 1930 e 1940 e mesmo após iniciar a industrialização o país continuou na mesma posição subordinada aos centros capitalistas.

(...) na reflexão de Caio Prado Jr. jamais se faria possível uma aliança entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora para combater o imperialismo e promover uma industrialização, pois esta sempre se caracterizou pela subordinação e pela não superação do caráter colonial de nossa economia, algo que perdurava nas décadas de 1950 e 1960. (VIEIRA, 2010, p. 88-89).

Outro a contribuir com o debate dentro dos quais se identificavam com a corrente desenvolvimentista, em destaque por Vieira (2010, p.90-92), foi Ignácio Rangel, a interpretação dele em relação ao subdesenvolvimento do Brasil estava pautada em três principais pontos: a) defende a industrialização por substituição de importações; b) a tese de dualidade de modos de produção, exemplificado pelas relações produções que quando feitas para o mercado interno que ainda eram feitas em moldes ditos feudais, enquanto em setores ligados ao comércio internacional estas apresentavam organização de ordem capitalistas - concluindo que essa dualidade afetava negativamente o desenvolvimento das forças produtivas; c) a origem da inflação, sendo causada por:

l) Monopsônios e oligopsônios de comercialização, responsáveis pela elevação artificial dos preços agrícolas e pela consequente

obstaculização dos aumentos de produção.

II) O latifúndio feudal, responsável pelo aumento do exército industrial de reserva, o que possibilitou à indústria aumentar a taxa de exploração e com isso, deprimir o mercado consumidor e causar capacidade ociosa com a consequente situação de preços industriais elevados.

No que tange à superação da condição periférica e a industrialização do país Rangel contribui para o debate com a ideia de planejamento parcial baseada na noção de que toda economia em desenvolvimento gera desequilíbrios na base produtiva, isto é, provoca o surgimento simultâneo do que ele chama de “elos débeis” e “elos fortes” que seriam respetivamente, setores que dependem fortemente de importações e setores que possuem recursos abundantes ao seu desenvolvimento em território nacional. (VIEIRA, 2010, p.180). A melhor forma de lidar com isso seria através da intervenção do Estado<sup>1</sup>.

Dentre os nomes do desenvolvimentismo nacional, o que teve grande protagonismo foi Celso Furtado, este integrou a Cepal e grande parte das suas ideias é semelhante às aqui já apresentadas através da corrente cepalina. Furtado defendia a política de substituição de importações e a participação do Estado para o planejamento democrático do desenvolvimento, após o golpe militar e observar que na década de 1970 o Brasil passou por um momento de elevado crescimento através da industrialização, mas que mesmo assim as divisões dos bônus não foram democráticas, fato demonstrado pela elevação da desigualdade. Ele passa, a partir de então, a propor um desenvolvimento econômico a partir de nossas próprias características e uma radicalização da democracia, com forte participação da sociedade civil nas decisões de planejamento (VIEIRA, 2010, P.230).

Após uma década de bastante prosperidade econômica, também conhecida como “milagre econômico”, choques externos sobre a frágil economia Brasileira, que ainda não tinha conseguido completar seu projeto de industrialização e diminuição da dependência externa abala o país. Diante

---

<sup>1</sup> Ver mais em Vieira (2010)

disso a corrente desenvolvimentista e também o debate sobre a mesma perde força e o liberalismo passa a ser a corrente econômica da vez, a partir do fim da década de 1980.

## 1.2 – Liberalismo

A política econômica de bases ortodoxas passa a ser implantada no Brasil na década de 1990, após uma década inteira de alta inflação e baixo crescimento, nos anos 1980. Este cenário fragilizou a antiga política desenvolvimentista que vinha sendo o norte da economia nacional há décadas. A partir desse marco a política macroeconômica do país toma uma nova guinada na tentativa de voltar à estabilização econômica. [Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001)] resumem esse momento da seguinte maneira.

“(...) o novo regime de políticas econômicas lançou as bases para a retomada do crescimento sustentável com estabilidade de preços. Afirma-se, no entanto, que tal resultado depende crucialmente da capacidade de o país consolidar e aprofundar seu compromisso com o livre comércio e com um regime macroeconômico sustentado por três pilares: a austeridade fiscal, as metas inflacionárias e as taxas de câmbio flexíveis.” (p.5)

Essa mudança na orientação econômica do Brasil muito tem a ver com as imposições feitas pelo FMI após “salvar” o país e financiar a dívida externa, indo além de um esgotamento por parte do governo e da população em relação à antiga política. Em Bresser-Pereira (2006, p.16) o autor diz que a “ortodoxia convencional (...) é constituída pelo conjunto de teorias, diagnósticos e propostas políticas que os países ricos oferecem aos países em desenvolvimento”. E em outro trecho mais adiante, o mesmo expõe de forma crítica sua opinião dizendo que:

“A ortodoxia convencional é a forma pela qual os Estados Unidos, no plano das políticas e instituições econômicas, expressam a sua hegemonia ideológica sobre o resto do mundo e, principalmente, sobre os países em desenvolvimento dependentes, que não dispõem de uma nação suficientemente forte para fazer frente a essa hegemonia, como têm sido tradicionalmente os latino-americanos.”(p.17)

De maneira geral, argumenta-se que este período foi norteado pela ortodoxia, principalmente, pela adoção de políticas de menor intervenção



estatal na economia. Nas palavras de Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001, p.7) “Os anos 90 podem ser descritos como a “década de reformas orientadas para o mercado””.

Dentre as medidas de cunho liberais tomadas estão a liberalização do mercado, o qual foi bastante protegido, como uma das estratégias de substituição de importações durante o período desenvolvimentista. Uma das principais medidas pra reverter esse quadro foi a diminuição das tarifas sobre produtos importados e diminuição de subsídio aos exportadores; outra característica liberal adotada foi a privatização de empresas públicas, diminuindo o poder de ação do Estado em determinados setores, principalmente os de telecomunicações, eletricidade e mineração. Nessa década foram vendidas mais de 100 estatais. No âmbito regulatório o governo enfraqueceu e extinguiu leis que protegiam o mercado interno, como forma de incentivar a concorrência de mercado, e também as que limitavam o poder de decisão e de exploração das empresas estatais, com o intuito de aumentar a produtividade das mesmas.

Autores como, Bresser-Pereira citam também outras características que marcam a economia ortodoxa, como neste trecho:

O tripé do desenvolvimento da ortodoxia convencional pode ser enunciado da seguinte maneira: “Um país irá se desenvolver impelido pelas forças do mercado, desde que: (1) mantenha a inflação e as contas públicas sob controle; (2) faça reformas microeconômicas orientadas para o mercado; e (3) obtenha poupança externa para financiar seu desenvolvimento, dada a falta de poupança interna”. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.19)

### **1.3 - Novo Desenvolvimentismo**

O novo-desenvolvimentismo surge nos anos 2000 após o fracasso tanto do desenvolvimentismo clássico, com elevados déficits públicos, que aumentaram de forma significativa a dívida externa do país, quanto o neoliberalismo que veio depois desse e gerou déficit em conta-corrente e uma nova crise do Balanço de Pagamentos. A nova proposta tenta superar as dificuldades macroeconômicas que vinham levando os países periféricos à quase estagnação nas últimas duas décadas.

A teoria econômica que norteia o novo-desenvolvimentismo tem como pilar, pelo lado macroeconômico, a tentativa de manter em níveis adequados os cinco preços macroeconômicos (inflação, taxa de juros real, taxa de câmbio real e taxa de salários reais). Nas palavras de Bresser-Pereira é visto como níveis adequados para cada um desses itens:

“a taxa de lucro, que deve ser satisfatória para as empresas investirem, a taxa de juros cujo nível em torno do qual o banco central realiza a política monetária deve ser baixo, a taxa de câmbio que deve tornar competitivas as empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, a taxa de salários que deve ser compatível com a taxa de lucro satisfatória crescendo com o aumento da produtividade, e a taxa de inflação que deve ser muito baixa.”.  
(BRESSER, 2016, P.10)

Segundo Bresser e os teóricos do novo-desenvolvimentismo esse cenário macroeconômico torna favorável à política microeconômica de industrialização que promoverá a mudança estrutural e a diminuição do *catching up* entre os países periféricos e os centrais.

A macroeconomia novo-desenvolvimentista é bem parecida com a keynesiana, sendo distinta em dois pontos. A primeira distinção é em relação a taxa de câmbio, os teóricos veem nesta variável uma tendência a sobreapreciação cíclica e crônica no longo prazo. A segunda é em relação ao saldo em conta corrente. Esses dois parâmetros macroeconômicos precisam ser controlados, pois influenciam no que é conhecido como “doença holandesa”, definida por Bresser (2016, p.12) como:

“(...) uma apreciação de longo prazo da taxa de câmbio de um país, porque esse país tem condições de exportar commodities com lucro a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que a taxa de câmbio que torna competitivas as outras empresas industriais: o equilíbrio industrial”

A doença holandesa é comumente presente em economias subdesenvolvidas, e que precisa ser neutralizada.

O Novo Desenvolvimentismo surge como uma alternativa e passa a ser base das políticas econômicas do país. Porém, este tem que lidar com

economias muito mais globalizadas e abertas. O protecionismo já não é mais uma alternativa, o país precisa se inserir na economia mundial e conviver com a crescente financeirização e neste contexto superar o subdesenvolvimento. Inclusive, as principais críticas a esta teoria vêm justamente das possíveis controvérsias contidas nesta tentativa de agradar ao mercado e ao mesmo tempo fazer política social:

“(...) duas inovações no desenho e ferramentas do novo-desenvolvimentismo. A primeira delas caracteriza-se por uma intervenção econômica mais pontual e menos direta, com menor nível de estatização; predominando políticas de regulação e menos de intervenção direta. Um segundo aspecto explica-se pela diminuição da autonomia do Estado, submetendo-se ao controle da sociedade sob dois níveis: gestão e controle social (participação deliberativa, *accountability*, administração gerencial) e o de finalidade de sua ação (via inclusão e distribuição). A soma desses dois elementos institucionais colocam como centrais a noção de responsividade e de eficácia, simultaneamente valorizando o papel corretivo da ação estatal e, ao mesmo tempo, estabelecendo mecanismos duros de controle sobre ela (jurídico, político-institucional ou pela via eleitoral). Embora de maneira mais flexível e pontual, a ação governamental brasileira nesse período formulou um pacote de mudanças e de políticas que retomam o *telos* do velho desenvolvimentismo, mas não seu *modus operandi*. Mantém-se o foco na lógica econômica, mas definem-se como fundamentais as demandas ligadas ao tema da distribuição e submetidas à várias formas de controle social.” (Cêpeda, 2012, p.10)

Nos primeiros anos da presença do Novo Desenvolvimentismo, o Brasil apresentou resultados satisfatórios e entusiasmantes em relação à política econômica feita. Porém, pouco tempo depois da crise mundial de 2008, a qual o país a princípio se saiu bem, os resultados começaram a piorar e a nova política começou a ser questionada.

## **CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO 1950 – 2014**

### **2.1 - Décadas de 1950 a 1980**

Em 1930 Vargas começou a dar os primeiros passos do que viria a ser chamado de desenvolvimentismo no futuro, fazendo política do tipo progressista e nacionalista com intervenção do Estado, criando um setor público de planejamento e focando a política econômica num plano de industrialização do país. A construção, ainda que primária dessas bases foi importante para o país não sofrer tanto com a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Ao fim desse segundo episódio Vargas foi deposto e só voltou ao governo novamente em 1951, ficando até 1954. Nesse intervalo ele retomou seu projeto de industrialização do país e criou duas empresas que viriam a ser alicerces do mesmo no futuro que são o BNDE, hoje BNDES e a Petrobrás.

O mercado de trabalho formal no Brasil começa a se tornar mais expressivo e tomar mais atenção também a partir de 1930, quando surgem os primeiros esforços para industrializar o país. O período anterior a este, compreendido entre o fim da era escravista no país e o período industrial, pode ser dito como um momento de transição. O projeto de industrialização influenciou na migração do campo para as cidades, aumentando a urbanização do país, o que por consequência gerou mudanças na composição da distribuição do emprego, deixando de ser de maioria rural e passando a haver um equilíbrio entre atividades ditas do meio urbano e do meio rural.

Enquanto a maior parte da população vivia no meio rural as relações trabalhistas eram bem distintas e muitos produziam grande parte do que consumiam. O crescimento da população nas regiões urbanas fez isso mudar: as relações de trabalho passaram a ser muito mais de patrão e empregado e também no campo as produções deixaram de ser para o autoconsumo e para exportações no mercado internacional, feitas desde o período colonial, e passam a também ter que ser feitas em larga escala para poder abastecer as cidades.

Em Baltar e Dedecca (1992, p.4) os momentos entre o período pré-industrial, até o começo a industrialização e a ligação desses com a constituição do mercado de trabalho é resumido no trecho abaixo:

“(...) nos permite distinguir três momentos constitutivos do mercado de trabalho brasileiro. O primeiro deles, ocorre durante a fase expansão acelerada do complexo cafeeiro, que se deu baseada em relações de trabalho não compulsório. Este movimento conforma relações de trabalho diferenciadas nas atividades agrícolas (colonato, parceria, assalariamento e outras) e relação de trabalho assalariado (avulso ou não) nas atividades urbanas, que se constituíam em apêndices do complexo agroexportador. O segundo deles, desenvolve-se a partir da crise de 1929, quando o setor cafeeiro é profundamente afetado e se destaca a indústria de bens de consumo corrente. Apesar do elevado peso do trabalho agrícola, vai paulatinamente ganhando expressão o trabalho vinculado às atividades urbanas industriais ou não. No terceiro momento, o padrão de acumulação resultante da industrialização pesada consolida um mercado de trabalho urbano.”

Apesar dos primeiros passos para a industrialização terem sido dados em 1930, esta só se consolida como um projeto para nação na década de 1950<sup>1</sup>. A partir desse momento, o Estado passa a dar um maior suporte para que esse processo seja impulsionado no país, visto que para o capital privado, nesse momento, investir na expansão da indústria não parecia muito lucrativo devido à alta necessidade de importação perante a ausência de uma cadeia produtiva no país.

Após o suicídio de Vargas, e o interregno Café Filho, o próximo presidente eleito é Juscelino Kubitschek, em 1955 (cujo mandato foi de 31/1/1956 a 31/1/1961), este de perfil também progressista e nacionalista da continuidade ao projeto de desenvolvimento através da industrialização, focando, principalmente na produção de bens duráveis, mas com maior abertura à participação do capital estrangeiro.

Toda a década de 1950, portanto, foi de elevado investimento da industrialização do país. “A intensidade e a velocidade desse processo causou

---

<sup>1</sup> Há controvérsias entre autores se a industrialização se inicia na década de 1930 ou 1950. Ver Bielshowsky (1998), Vieira(2010), Fonseca(2004)

grandes efeitos positivos e negativos. Os positivos (...) se refletiam no emprego, nos salários e na ascensão social do trabalhador e da classe média.” (CANO, 2017, p.6)

Após o golpe militar em 1964, partes das reformas iniciadas na década de 1950 foram mantidas. A reforma trabalhista eliminou a estabilidade do emprego, trocando-a pela instituição do atual FGTS. (CANO, 2017, p.8). Além disso, foram feitas reformas na estrutura tributária e no sistema financeiro. Essas mudanças criaram um ambiente favorável ao investimento tanto do setor público, quanto do privado. Com isso, a taxa de inversão cresceu, chegando a atingir 25% nos anos médios da década de 1970 (CANO, 2017, p.8). Porém mesmo com a manutenção da expansão da industrialização e da criação de postos de trabalho, a classe trabalhadora não foi tão beneficiada.

Além da retirada de direitos trabalhistas, a política de reajustes salariais prejudicou os trabalhadores. A intensidade do crescimento – industrial, notadamente - induziu forte expansão da demanda de trabalho mais qualificado, abrindo ainda mais o leque salarial urbano e, com isso, agravando a distribuição de renda no país. O pecado maior talvez tenha sido o bloqueio feito à reforma agrária, com o que foram mantidas as estruturas rurais mais conservadoras do país. (CANO, 2017, p.8)

Os levantamentos da PNAD, pesquisa nacional de amostra por domicílio, os quais trazem informações sobre o nível de ocupação no mercado de trabalho nacional, o perfil dos trabalhadores, entre outros, só começou a ser feito a partir de 1992, por isso, todo o período anterior requer um esforço maior para que se possa dimensionar o tamanho da força de trabalho empregada no país.

No texto de Baltar e Dedecca (1992), uma das referências desse trabalho, é utilizada para análise do mercado de trabalho o levantamento de População em Idade Ativa (PIA) feito a partir do Censo Demográfico. Dentro da PIA existe outro conceito, que é o de População Economicamente ativa (PEA) e corresponde a parcela da população inserida no mercado de trabalho. Desses dois quantitativos é gerada a Taxa de Participação, que corresponde à população economicamente ativa no mercado de trabalho.

Quando se analisa a distribuição da população economicamente ativa entre as diferentes atividades econômicas é possível notar que conforme foi aumentando a industrialização no país e a população foi migrando para as zonas urbanas houve uma diminuição da parcela ocupada em atividades agrícolas e aumento dos ocupados em atividades não agrícolas, coincidindo com o período histórico do Desenvolvimentismo em que a industrialização foi fortemente incentivada e fomentada pelo Estado.

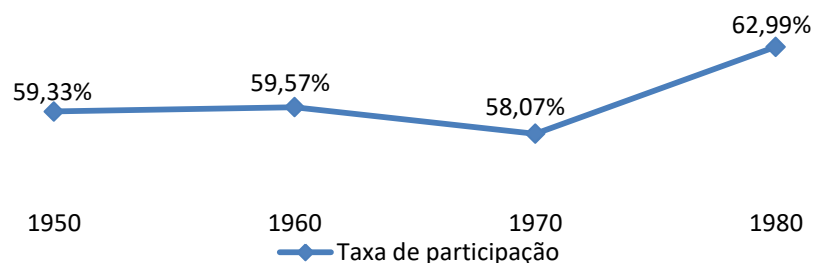
**Tabela 2: Taxa de Participação (1950 – 1980)**

Ano	1950	1960	1970	1980
População total	51.941.767	70.070.457	93.139.037	119.002.706
PIA (15 -65 anos)	28.850.997	38.187.990	50.899.545	68.643.470
PEA	17.117.400	22.750.100	29.557.300	43.235.700
Taxa de participação	59,33%	59,57%	58,07%	62,99%

Elaboração própria – Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2.ed. rev. e atual. do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas – Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

A partir de uma prox. construída com os números do Censo Demográfico presente em Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Pode-se chegar ao percentual da população ocupada entre os anos de 1940 e 1980, porém nada pode ser afirmado sobre o percentual de desemprego, visto que a parcela da população em idade ativa que não está economicamente ativa não necessariamente pode ser considerada como desempregada, porque para isto o indivíduo precisa estar procurando emprego, aquele que não estiver não pode ser considerado como desempregado, como no período em que o Censo Demográfico era feito não existia essa distinção, não temos números nos quais está presente essa diferenciação, o que impede que seja calculado o nível de desemprego no período.

**Gráfico1: Taxa de Participação (1950 – 1980)**



Elaboração própria – Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2.ed. rev. e atual. do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas – Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

É possível notar que a taxa de participação no mercado de trabalho corresponde à tendência já dita de incorporação pelo mercado formal da força de trabalho a partir do crescimento da industrialização e da urbanização do país.

## **2.2 – Década de 1990 a 2014**



**Tabela 3: Variação do desemprego (1992-2014)\***

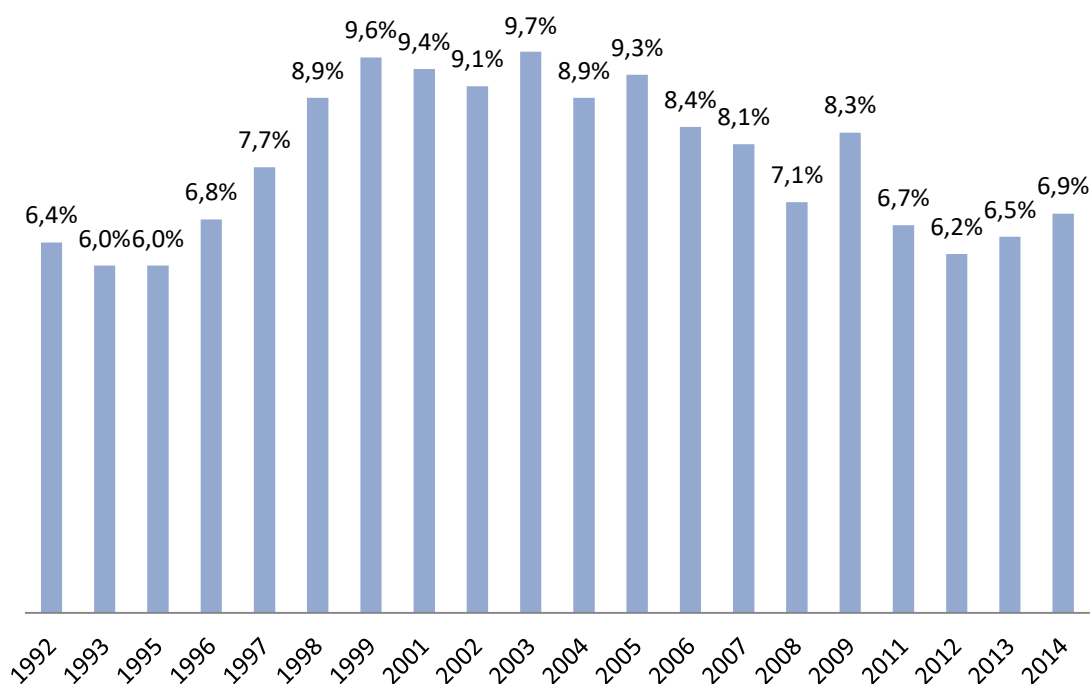
<b>Ano</b>	<b>População total com mais de 15 anos</b>	<b>Total de ocupados com mais de 15 anos</b>	<b>Total de desempregados com mais de 15 anos</b>	<b>% de desempregados</b>
<b>1992</b>	96,3	61,7	4,2	6,4%
<b>1993</b>	98,1	62,9	4,0	6,0%
<b>1995</b>	103,1	66,2	4,2	6,0%
<b>1996</b>	106,0	65,3	4,7	6,8%
<b>1997</b>	108,0	66,8	5,6	7,7%
<b>1998</b>	110,7	67,5	6,6	8,9%
<b>1999</b>	115,8	70,7	7,5	9,6%
<b>2001</b>	123,4	75,0	7,7	9,4%
<b>2002</b>	126,2	77,8	7,8	9,1%
<b>2003</b>	129,1	79,0	8,5	9,7%
<b>2004</b>	131,3	81,7	8,1	8,9%
<b>2005</b>	134,0	84,0	8,7	9,3%
<b>2006</b>	136,5	86,1	8,0	8,4%
<b>2007</b>	139,1	87,5	7,8	8,1%
<b>2008</b>	142,0	90,3	7,0	7,1%
<b>2009</b>	144,5	90,7	8,3	8,3%
<b>2011</b>	149,3	91,9	6,7	6,7%
<b>2012</b>	151,6	93,5	6,2	6,2%
<b>2013</b>	153,9	94,1	6,6	6,5%
<b>2014</b>	156,6	96,8	7,2	6,9%

Elaboração própria – Fonte: IETS/OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).<sup>1</sup>

(\*)Não houve PNAD no ano de 2010, porque nesse ano foi feito o Censo Demográfico.

<sup>1</sup>[1] Evolução temporal sem a área rural da região Norte.

**Gráfico 2: Percentual de Desempregados (1992 – 2014)**



Elaboração Própria – Fonte: IETS/OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Após a abertura da economia da década de 1990, o período de 1993 a 1997 foi de crescimento do PIB, nesse período também houve a valorização do câmbio em 1994 com o Plano Real, na qual 1 dólar passou a valer pouco menos de 1 real, circunstância que resultou na diminuição da inflação, principalmente pela via de importados, visto que os produtos importados ficam mais baratos quando há valorização do câmbio. Ainda que essa valorização cambial tenha influenciado num aumento das importações, que nesse período também foi reflexo “de uma demanda reprimida, tanto pela recessão anterior (de 1990 – 1992) quanto pelas dificuldades que foram colocadas para importar bens e serviços ao longo da década de 1980” (Baltar, 2015, p.11). Esse processo de valorização do câmbio e aumento das importações, também ocasionou em contrapartida diminuição das exportações, gerando desequilíbrio (*déficit*) no balanço de pagamentos.

“entre 1992 e 1997, aumentou 21,6%, ou 4% ao ano (a.a.). Esse período começou com forte crescimento deste, numa média de 5,0% em 1993 e 1994, mas, depois da crise do México, no início de 1995, este ritmo de crescimento não se manteve. (...) O Produto Interno Bruto de 1992 foi 3,8% menor que o de 1989, de modo que o

crescimento médio de 4% nos cinco anos seguintes o colocou em um nível 17,1% maior que o de 1989, antes da recessão, que durou todo o governo do presidente Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992.”<sup>1</sup> (BALTAR, 2015, p.9)

O período compreendido entre 1995 e 2014 é marcado por duas políticas macroeconômicas distintas - no intervalo de 1995 a 2003 a ortodoxia se faz presente na orientação dessas políticas, já entre 2003 e 2014 a heterodoxia toma o protagonismo (apesar da presença de vários elementos ortodoxos). Porém ainda que exista uma mudança nas orientações políticas, principalmente porque a troca da presidência representa a saída de um representante de centro-direita para entrada de um centro-esquerda, partes dos elementos ortodoxos continuaram vigorando, como o regime de meta de inflação, o câmbio flexível e o superávit primário, esses três também conhecidos como “tripé macroeconômico”, adotado na implantação do Plano Real, importante plano de estabilização macroeconômica implantado a partir de 1994 no governo de Itamar Franco (sendo o Ministério da Fazenda comandado por Fernando Henrique Cardoso no período de implantação desse plano).

Na década de 1990 houve uma queda do emprego formal, pela desaceleração da economia e também por conta da abertura financeira e comercial. Isso ocorreu porque além das empresas diminuírem a sua produção pela baixa demanda, elas também passaram a importar parte dos meios de produção, o que também enfraqueceu a cadeia produtiva do país. Nessa época houve uma expansão de empresas de pequeno porte e prestadoras de serviço, chamadas também de “terceirizadas” que possuem condições trabalhistas, de maneira geral, inferiores às das grandes empresas. Com o neoliberalismo “a taxa de desemprego cresceu e o aumento de ocupações se deu, basicamente, em serviços, precarizando o trabalho.” (Cano, 2017, p.25). É possível observar esse aumento do desemprego durante a década de 1990 no (gráfico 2).

A variação do percentual de desemprego, mostrado no gráfico 2, foi construído a partir de 1992, ano em que a PNAD começou a fazer esse levantamento. Porém, o trabalho de Constanzi (2004, p.7) traz a situação do

---

[1] Fonte de dados: IBGE/SCN (1992 – 2008)

mercado de trabalho em relação à criação de empregos formais no Brasil no intervalo compreendido entre 1985 e 2003, como no seguinte trecho:

Houve criação de postos de trabalho formais em todos os anos, exceto no triênio 1990- 1992, reflexo da recessão pela qual passava o país naquele período e, possivelmente, do processo de reestruturação da economia brasileira em meio a importantes mudanças, como a abertura comercial e a alteração do papel do Estado na economia.

Em outra contribuição sobre o mesmo período Constanzi (2004, p.25) conclui que:

O estoque de emprego formal cresceu de 20,5 milhões em 1985 para 28,7 milhões em 2002, representando a geração de 8,2 milhões de postos de trabalho formais no período. Tal fato fortalece o diagnóstico de que a tendência crescente do desemprego no Brasil é resultado não da eliminação de postos de trabalho, mas sim da geração de empregos em ritmo insuficiente para absorver o incremento da População Economicamente Ativa (PEA).<sup>1</sup>

A virada de século foi marcada por instabilidade econômica e política, esta segunda se deu com a eleição da esquerda para presidir o país, o que causou incertezas em relação à política macroeconômica e gerou expectativas negativas para o mercado num primeiro momento. Mesmo após Luiz Inácio Lula da Silva acenar pela a manutenção do tripé macroeconômico, no seu primeiro ano de mandato ainda não apresenta bons números, cenário que começa a se modificar a partir de 2004.

O período compreendido entre os anos de 2004 e 2014, ainda que tenha mantido o tripé macroeconômico se diferenciou do governo anterior pelas melhoras sociais da população, principalmente dos mais pobres. Dentre esses fatores sociais, os ligados à questão do emprego fazem parte da parcela positiva de políticas e também externalidades relacionadas à melhora da dinâmica macroeconômica. Manzano e Salas (2016, p.10) chamam de “macroeconomia do emprego” por ser:

“un crecimiento basado en los salarios - en la que la dinámica del mercado de trabajo fue el centro del desarrollo por la vía de la

---

[1] Dados: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Foram utilizados os dados originais da Pnad 1985 (IBGE, 2004).

creación de la mezcla necesaria para que los otros factores pudieran empujar a la economía”.<sup>1</sup>

Após o ano de 2003, quando o país passa a ter um representante de centro-esquerda no poder e as orientações macroeconômicas voltam a dar um maior protagonismo para o papel do Estado no desenvolvimento econômico, tendo políticas voltadas principalmente para recuperação dos salários e poder de compra das classes mais populares, como um meio de dinamizar a economia e fazer com que o país voltasse a crescer a taxas mais altas, se comparado à década anterior, que estabilizou a economia, mas não gerou aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, até o ano de 2014, mesmo com o país sendo governado pelo mesmo partido e só havendo troca do governante o direcionamento das políticas pós 2010 volta a ser mais orientado para o mercado e ter mais elementos neoliberais.

Entre os anos de 2004 e 2008 o Brasil viveu um dos seus melhores momentos econômicos desde o começo da década de 1970, a economia além de estável também crescia, o que não ocorreu na década de 1990. Esse cenário de bons índices macroeconômicos também gerou bons resultados ao mercado de trabalho que foi caracterizado pelo intenso aumento do emprego formal, aquele em que o contrato de trabalho respeita a legislação existente sobre trabalho e Previdência Social” (BALTAR, 2015, p. 19-20).

A combinação da desvalorização real do câmbio, com o aumento do preço das *commodities* na virada do século ajudaram para que a balança comercial deixasse de ser deficitária.

“La combinación de estos dos factores no sólo contribuyó a revertir los saldos negativos - que estaban presentes desde 1995 -, sino también para generar un elevado superávit comercial, cuya cima acontece en el bienio 2005/2006, cuando el superávit alcanzó el 23% del comercio total de Brasil con el resto del mundo.”(MANZANO; SALAS, 2016, p.6)<sup>21</sup>

---

[2] Tradução livre: “um crescimento baseado nos salários – em que a dinâmica do mercado de trabalho foi o centro do desenvolvimento, por via da criação da combinação necessária para que os outros fatores pudessem impulsionar a economia.”

[1] Fonte de dados: IBGE/SCN – IPEADATA

Ainda que as políticas para equilíbrio das contas externas não seja um fator com ligação direta aos números do mercado de trabalho, a estabilização e crescimento da economia, com aumento do dinamismo, criam um ambiente macroeconômico favorável para a abertura de novos postos de trabalho e acabam por influenciar indiretamente no nível e também na qualidade dos empregos ofertados no país.

No seu trabalho de 2015, Baltar sintetiza e elenca uma sequência de fatos e políticas que tornaram o ambiente econômico favorável ao aumento do estoque de empregos e da renda do trabalho. Essa relação é dada a partir de 2004 em que um aumento das exportações de bens industriais gerou um crescimento do PIB, o que culminou na geração de novos postos de trabalho e nesse momento o real ainda estava desvalorizado, o que não só favorecia o aumento das exportações, mas também a queda da inflação, e o fortalecimento do balanço de pagamentos, além de ter criado condições favoráveis para aceleração do consumo e investimento. Isso fez aumentar o nível de emprego, levando as famílias a comprar mais, o que impulsionou novos investimentos perante o aumento do mercado interno combinado com as altas exportações. Toda essa cadeia positiva culmina na aceleração do crescimento do PIB.

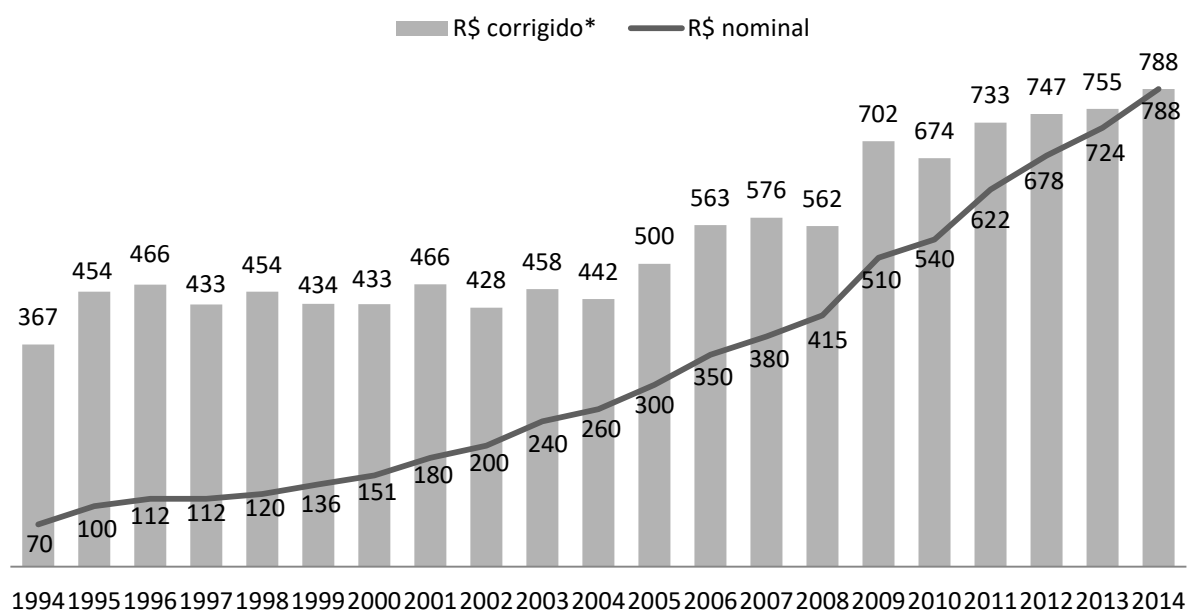
Outro ponto ressaltado por Baltar (2015) é referente à elasticidade do emprego. Diferente das décadas de 1960 e 1970, quando houve um elevado crescimento e também criação de emprego, a elasticidade do emprego nesse período foi mais alta, porque foi incorporada toda uma cadeia produtiva no país que não existia, portanto o aumento do consumo interno de bens duráveis incentivava não só o investimento dos produtores do bem final, mas também de todos que produziam os bens intermediários e o capital produtivo, como máquinas e equipamentos. Já no processo de crescimento do PIB e da demanda interna, combinado com crescimento de exportação gerou investimentos mais baixos por parte dos produtores e por isso uma menor elasticidade do emprego, esse investimento mais baixo se justifica por fatores como elevada taxa de juros, que era mantida nesses patamares como política

---

[2] Tradução livre: “A combinação destes fatores não só contribuiu para reverter os saldos negativos – que estavam presentes desde 1995 –, como também para gerar um elevado superávit comercial, cuja subida acontece no biênio 2005/2006, quando o superávit alcançou 23% do comércio total do Brasil com o resto do mundo.”

de combate à inflação, e a elevada capacidade ociosa. Nesse momento o país já havia passado por uma industrialização, o que demandava um menor investimento em equipamentos e um terceiro ponto que foi a valorização do câmbio tornando mais barato importar os bens de capital necessários à produção do que investir no desenvolvimento de novas tecnologias no país perante o *catch-up* que o Brasil possui em relação a outras nações mais desenvolvidas e também porque o tempo de maturação desse tipo de investimento é mais longo e inclui um maior risco.

**Gráfico 3: Variação do salário mínimo (1994 – 2014)**



Fonte: CAGED – Elaboração própria

(\*)A correção foi feita pelo IGP-M(FGV)<sup>1</sup> com base em dez/2014.

Uma das políticas trabalhistas mais significativas a partir de 2004 foi o aumento real do salário mínimo, que do ponto de vista do aumento da oferta de empregos não tem influência tão expressiva, porém na melhora do social o seu efeito é bem mais aparente, principalmente porque o salário mínimo não regula apenas o piso de remuneração dos trabalhadores ativos, mas também de todos que recebem benefícios de previdência e algumas assistências sociais. O aumento da participação dos salários no PIB caiu entre os anos de 1995 e 2004, quando voltou a crescer, mas só em 2010 voltou ao mesmo patamar de 1995.

“Desde 1995, el salario mínimo ha crecido en Brasil, pero el proceso se intensificó a partir de 2003 con el cambio de gobierno. Entre 2003 y 2013 hubo un aumento real del salario mínimo de 94,6% (en moneda local) o 111,1% (medido en dólares de paridad de poder compra). En el período anterior, entre 1995 y 2002, el aumento fue de 45,1% (en moneda local) y el 40,9% (en USD / PPP).” (MANZANO; SALAS, 2016, p.14)<sup>12</sup>

Portanto, o aumento real do salário mínimo culmina numa maior quantidade de dinheiro circulando, o que ajuda impulsionar a positivamente a demanda agregada do país. Junto a isso houve uma vasta criação de empregos formais, que foram resultado do bom desempenho econômico, o que colaborou para a diminuição da desigualdade de renda. Este último ponto ainda traz consigo um aumento do bem-estar social, porque trabalhadores formais têm seus direitos trabalhistas assegurados pela Constituição de 1988, como seguro desemprego, férias remuneradas e licença maternidade, por exemplo.

Entre 2003 e 2014, mais de 20 milhões de empregos formais foram criados. Em igual período, o estoque de empregos formais subiu de 29,5 para 49,6 milhões. A criação média anual de empregos formais passou de um patamar de 630 mil entre 1996 e 2002 para 1,6 milhão (2003-2006), 2,3 milhões (2007-2010) e 1,3 milhão (2011-2014). Em contraposição, em apenas dois anos de “austeridade” econômica (2015-2016) quase 3 milhões empregos formais foram destruídos (Gráfico 2). (CALIXTE A.; FAGNANI E., 2017, p.12)<sup>3</sup>

O desempenho macroeconômico favorável ao consumo e ao investimento teve repercussões positivas no mercado de trabalho. (Cacciamali; Tatei, 2016). Entretanto, boa parte da geração de empregos formais se concentrou em postos de trabalho menos qualificados e de baixa produtividade (*apud*, Cardoso Jr., 2007), sobretudo no setor de serviços. Assim, apesar do aumento absoluto de trabalhadores na indústria – que tradicionalmente emprega trabalhadores mais qualificados e de melhor remuneração –, o setor

---

[1]Fonte de dados IPEADATA

[2] Tradução livre: “Desde 1995, o salário mínimo tem crescido no Brasil, mas o processo se intensificou a partir de 2003 com a mudança de governo. Entre 2003 e 2013 houve um aumento real do salário mínimo de 94,6% (em moeda local) ou 111,1% (medido em dólares de paridade de poder de compra). No período anterior, entre 1995 e 2002, o aumento foi de 45,1% (em moeda local) e 40,9% (em USD/PPP).”

[3] Dados: RAIS e CAGED - MTE



responde por uma parcela crescentemente menor no total de ocupados. (Cacciamali; Tatei, 2016, 108)

Essa trajetória de redução da informalidade no mercado de trabalho não foi reflexo apenas do crescimento econômico, mas deve-se também a outros fatores como a crescente formalização dos micro e pequenos estabelecimentos (OIT, 2014) e da ampliação das inspeções do trabalho (Simão, 2009). (Cacciamali; Tatei, 2016, p.108)

**Tabela 4: Ocupados por posição de ocupação: participação no total de ocupados e taxa de crescimento. Brasil. Regiões metropolitanas, 2004 a 2008.**

Ano	Emprega- do com registro (%)	Emprega- do sem registro (%)	Conta própria (%)	Emprega- do com re- gistro (var. % a.a.)	Emprega- do sem re- gistro (var. % a.a.)	Conta pró- pria (var. % a.a.)
2004	43,7	22,6	20,2	1,7	5,9	4,7
2005	45,0	22,3	19,3	5,6	1,9	-2,0
2006	46,2	21,6	19,2	4,6	-1,2	0,7
2007	47,2	20,7	19,3	4,9	-1,8	3,9
2008	48,7	19,7	18,7	6,9	-1,6	0,6
2004-2008	46,1	21,4	19,4	4,7	0,6	1,5

Fonte: IBGE/PME – Elaboração de - Cacciamali - e Tatei – ( 2016)

A expansão do emprego formal sobretudo para os trabalhadores inseridos na parcela inferior da distribuição de rendimentos e a elevação real do salário mínimo contribuíram para a elevação do rendimento do trabalho, que cresceu a uma taxa anual média de 2,9%<sup>1</sup> entre 2004 e 2008. Ademais, o aumento da intensidade da política de valorização do salário mínimo também influenciou o aumento do consumo. Assim, entre 2004 e 2008, o salário mínimo aumentou 35,4%<sup>2</sup> descontada a inflação no período. Esse aumento, em um ambiente de crescimento econômico e ampliação da oferta de força de trabalho qualificada, foi responsável por trazer ao longo do período os salários dos grupos de menor salário para a média salarial (Cacciamali; Tatei, 2016), contribuir expressivamente para a

[1] Dados Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN); e Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE/PME)

[2] Dados Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE/PME) e Dieese (2016)

desconcentração da renda do trabalho e familiar (APUD, Barbosa et al., 2015).

Pode-se dizer que quatro fatores em conjunto contribuíram para a desconcentração de renda do trabalho (a) o crescimento econômico sustentado; (b) o aumento de empregos formais pouco qualificados; (c) a expansão da oferta de trabalho com maior escolaridade e; (d) o aumento do salário mínimo real. (Cacciamali; Tatei, 2016).

O chamado *boom de commodities* que se iniciou no começo do novo milênio muito impulsionado pela economia chinesa equilibrou o balanço de pagamentos do Brasil, alavancou a demanda agregada e criou um cenário favorável no qual o país cresceu e o governo interviu a prol de melhores condições sociais para a população. Entre os anos de 2004 e 2008 esse era o cenário no Brasil. No final deste último ano, com a crise financeira que atingiu o mundo e para que pudéssemos manter no mesmo nível a demanda agregada e o emprego, se fez necessária a aplicação de uma política econômica anticíclica.

A intervenção foi extensa e profunda incidindo sobre a ampliação do consumo interno, via expansão do crédito, controle de preços públicos, manutenção do crescimento real do salário mínimo, desoneração de impostos e concessão de subsídios para o setor privado e ampliação dos programas sociais. (...) houve recuperação do nível de atividade econômica em 2010, sustentação dos níveis de emprego formal e a continuação da queda do grau de desigualdade de renda do trabalho. (Cacciomali, M.C.; Tatei, F., p.103 -104)

Segundo Manzano e Salas (2016) a política praticada na primeira década dos anos 2000 expandiu a demanda agregada através de três fatores equilíbrio das contas externas, investimento público e incentivo ao consumo. Esse movimento só foi freado pela crise internacional de 2008. A partir deste momento ainda houve incentivo ao investimento público, porém o fator que continuou vigorando com mais força foi o incentivo ao consumo, este foi feito principalmente através do aumento dos salários reais e da expansão do crédito para famílias mais pobres.

A crise financeira no final de 2008 causou instabilidade econômica em todo o mundo e apesar dos efeitos no Brasil não terem sido tão graves, a falta

de liquidez internacional afetou as contas externas do país, visto que a entrada de capital diminuiu nesse período. Inclusive, ficou bem popular a frase dita pelo então presidente de que aqui chegaria apenas uma “marolinha”, isto porque o governo federal optou por políticas anticíclicas, com o intuito de minimizar os efeitos negativos que poderiam vir a atingir o país, e que tinham como objetivo fomentar o consumo e o investimento, alargar o tamanho e o acesso ao mercado de crédito, aumentar o financiamento de longo prazo para o setor produtivo e expandir os gastos de investimento do governo em infraestrutura. (Cacciamali; Tatei, 2016, p.110-111).

Assim, internamente os efeitos negativos no mercado de trabalho foram amortecidos pelas políticas anticíclicas do governo federal, de modo que a retração da atividade econômica em 2009 apenas desacelerou o movimento de geração de emprego formal e de aumento real da renda média do trabalho. (Cacciamali; Tatei, 2016, p.111).

A geração de emprego formal entre 2010 e 2013 foi ainda mais vigorosa do que no período 2004-2008 (Cacciamali; Tatei, 2016). Durante esse período houve a troca da presidência, com manutenção do partido, porém, isso não foi suficiente para que a economia continuasse rumando por um cenário positivo. Em 2014 a crise política, combinada com uma crise fiscal, mergulha o país numa recessão que tem traços de mais uma década perdida. E o mercado de trabalho que entre os anos de 2010-2013 tinha mantido as boas tendências do período anterior, começa a apresentar resultados ruins, por consequência da crise econômica.

O cenário nacional e o internacional começam a mudar e deixam de ser tão favoráveis quanto eram. A partir de 2011, quando o país já era presidido por Dilma Rousseff, o *boom de commodities* começa a perder força, principalmente por que a China diminui sua demanda por importações, além disso, houve valorização do câmbio, outro fator desfavorável. A manutenção das medidas anticíclicas culminou num endividamento das famílias, diminuição do consumo interno associado ao aumento das importações perante um câmbio favorável às mesmas e, com uma menor dinâmica da demanda agregada a economia nacional começou a entrar em recessão, que foi

agravada pela crise política no ano de 2014. A partir disso, os anos seguintes são de crise econômica, com intensa recessão, e também de crise política. O mercado de trabalho sente as consequências desse novo contexto e responde com forte elevação do desemprego, aumento da informalidade, diminuição da renda real do trabalho e aumento da concentração de renda do trabalho. (CACCIAMALI; TATEI, p.104)

Para Baltar (2015) a economia brasileira é muito dependente do cenário internacional, e o mesmo que foi favorável na primeira década dos anos 2000, e possibilitou uma melhora significativa das condições econômicas e sociais do país, esta última feita principalmente com políticas de aumento real dos salários, além da criação de novos postos de trabalho, o que gerou melhora nos indicadores do mercado de trabalho. Quando a situação internacional se tornou desfavorável, um dos indicadores que apresentaram expressiva piora foi o relacionado ao mercado de trabalho, devido, sobretudo, ao exponencial crescimento do desemprego. Isso mostra que além de políticas voltadas para a melhora da qualidade do emprego e para atenuação da diferença de renda entre os trabalhadores é preciso que o país supere a exacerbada dependência externada para que os ganhos das políticas internas sejam mantidos independente das circunstâncias internacionais.

Como exposto, o Brasil encerra a primeira década dos anos 2000 com bons resultados na atividade econômica e no mercado de trabalho, que cresceram principalmente a partir da segunda metade desta década, mas o cenário negativo já começa a se desenhar no primeiro ano do período seguinte, se desdobrando em uma crise no fim de 2014, que será mais bem explorada na próxima sessão deste trabalho.

## **CAPÍTULO 3: CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO E OS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO**

### **3.1 A crise**

Com o fim do ciclo expansivo das commodities e com um cenário internacional que se torna desfavorável após a crise mundial no fim de 2008, as políticas macroeconômicas feitas a partir de 2014 passam a não ser mais tão sustentáveis. A queda no preço das commodities acabou com a folga da balança comercial o que causou prejuízos no estoque de capital e a partir de 2011 a economia nacional começa a desacelerar até que entra em crise no fim do ano de 2014 e esta ainda é agravada pela crise política que acontece no país nesse período.

Quando Dilma Rousseff assume a presidência em 2011 existe uma pressão para a retomada da industrialização do país, vinda principalmente dos empresários ligados ao setor industrial do país, e o estímulo desse processo dependia de um conjunto de políticas econômicas, que tinham como base e ponto de partida a depreciação do câmbio e a diminuição da taxa de juros, sendo a primeira uma consequência da segunda, visto que uma menor taxa de juros atrai menos capital especulativo para o país, o que torna o real menos valorizado. A partir disso haveria um estímulo à exportação e também ao mercado interno, isso porque as importações ficariam mais caras e por consequência o investimento privado seria alavancado. As demandas do setor industrial nacional para que melhores fossem criadas condições favoráveis ao investimento privado foram atendidos logo no primeiro ano de mandato tendo.

O governo de Dilma inaugura uma nova postura econômica do governo federal, que passa adotar uma severa política fiscal, reduzindo os gastos do governo e deixando nas mãos do capital privado os investimentos que dariam dinamismo à economia, tendo o governo apenas o papel de conceder incentivo para este fim. (Gentil, 2017).

“a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o

represamento das tarifas de energia. Pode-se dizer com segurança que os resultados da sua adoção foram desastrosos.” (Carvalho, 2018, p.59)

A desaceleração econômica entre 2013 e 2014 pôde ser observada em todos os componentes do PIB. O consumo das famílias passou de 3,5% para 2,3%, a formação bruta de capital fixo passou de 5,8% para 4,2%, as exportações passaram de 2,4% para 1,1%. Além disso, entre junho e dezembro de 2014, o índice de preço das *commodities* divulgado pelo FMI sofreu uma queda acumulada de 29,3%. Uma queda que, aliás, chegou a ser de 55%, antes de ser interrompida em janeiro de 2016.” (Carvalho, L., 2018, p.95)

Em contribuição ao agravamento da arrecadação do governo com a desaceleração da economia que ocorreu a partir de 2011, observamos o seguinte: “além das desonerações tributárias, o aumento do desemprego e da informalidade, a redução real dos salários e a diminuição dos lucros produziram a baixa arrecadação das contribuições sociais nesse período.” (Gentil, 2017, p.21-22)

Um conjunto de medidas de política econômicas tomadas pelo governo, somados a um cenário internacional desfavorável deu início à desaceleração, que desencadearia na recessão a partir de 2014. Alguns fatos são ressaltados por Carvalho (2018) e que podem ser citados são: redução da Selic em termos nominais de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e outubro de 2012, ajudaram a intensificar a fuga de capital que ocorreu após o Fed anunciar em maio de 2013 uma expansão gradativa da política monetária a partir de junho do mesmo ano e essa fuga de capital foi crucial para uma rápida desvalorização do real, que fez disparar a inflação que já vinha acelerando desde 2011 para tentar minimizar esses feitos o governo eliminou o IOF sobre os derivativos de câmbio criados em 2011. Outra medida equivocada adotada a partir de 2011 para incentivar o investimento autônomo foi a de desoneração tributária, feita de forma indiscriminada, favorecendo setores que não precisavam desse tipo de incentivo enquanto os efeitos sobre a indústria eram irrisórios. “O custo anual com as renúncias tributárias, que era de 140 bilhões de reais em 2010, passou a ser 250 bilhões em 2014.” (Carvalho, 2018, p.71)

Esse elevado montante que deixou de ser arrecadado foi uma das principais causas da crise fiscal no ano seguinte.

No final de 2014, após a reeleição, Dilma convida Joaquim Levy ao posto de Ministro da Fazenda e antes mesmo da virada do ano é anunciado um pacote de ajuste fiscal para o próximo mandato, o qual tinha como intuito equilibrar as contas do governo que apresentaram déficit primário em 2014, o que não ocorria desde 2003. A política de ajuste fiscal via corte de gastos como a que foi implementada não levava em consideração que parte das razões do déficit não estavam ligadas ao aumento de despesas por parte do governo e sim à redução das receitas, ocasionadas pela desoneração tributária que vinha sendo concedida pelo governo desde 2011, como política industrial que não se realizou e pela desaceleração da economia, que gerou queda nas arrecadações também. Portanto diminuir os gastos do governo não só não diminuiu o déficit primário, como transformou a desaceleração em recessão, aumentando o déficit nos anos de 2015 e 2016.

Dentro do pacote de políticas contracionistas houve o reajuste de 18,1% dos preços administrados de uma só vez. Essa decisão teve efeito direto sobre o aumento da inflação, sendo o componente de maior influência percentual do nível de inflação anual, que também disparou no período e ficou fora do centro da meta. Na tentativa de conter a inflação, a Selic foi elevada por cinco reuniões consecutivas, passando de 11,75% em dezembro de 2014, para 14,35% em julho de 2015 - patamar que foi mantido até outubro de 2016 (Carvalho, L., 2018, p.98). Porém o aumento da Selic, apesar de ajudar no controle da inflação atraindo capital externo e valorizando o câmbio, também gera aumento nas despesas da União, isso porque grande parte dos títulos públicos têm seus juros indexados à essa taxa básica, sendo assim o aumento da Selic onera o governo. E o que era para ser uma medida para redução do déficit público, acaba por aumentá-lo, com a elevação dos gastos do governo.

A política fiscal que foi feita não acabou com as desonerações tributárias concedidas aos empresários, que foi um dos principais fatores de diminuição da arrecadação da União, por exemplo. A elevação do déficit público em 2015 gerou queda na confiança atravancando possíveis investimentos privados.

Com a desaceleração da economia o desemprego disparou, o que causou diminuição do salário médio, além da inflação que corroeu o poder de compra. “Nesse contexto, as famílias passaram a reduzir os gastos para tentar honrar seus compromissos financeiros, o que explica uma redução de 3,9% no consumo.” (Carvalho, L., 2018, p.100). Nesse momento o país já tinha entrado na engrenagem negativa e o fracasso da estratégia do brusco ajuste fiscal era notável.

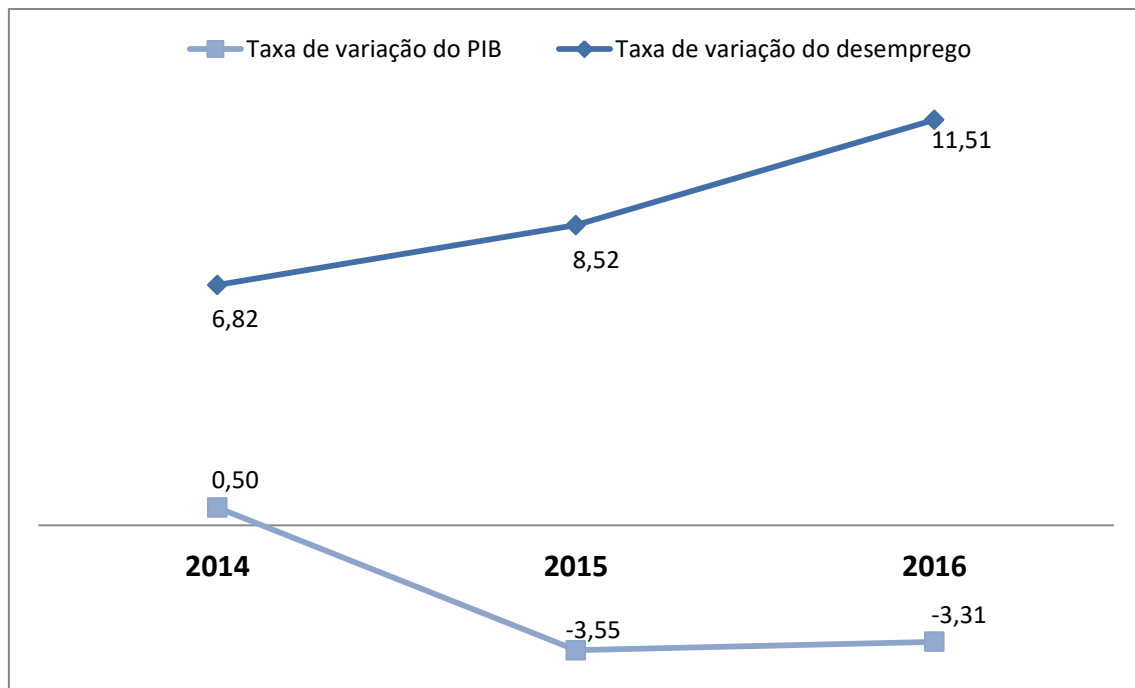
### **3.2 Os reflexos no mercado de trabalho**

O aparecimento do déficit fiscal fez com que o segundo governo de Dilma Rousseff tivesse um elevado corte de gastos e um conjunto de políticas contracionistas na tentativa de equilibrar as contas públicas, porém “o que tende a ocorrer é queda do crescimento econômico, desestímulo aos investimentos com todas as consequências negativas sobre o emprego e a renda” (Carleial, 2015, p.209). A política de menor participação do Estado promove um desmonte do Estado de Bem-Estar social que vinha sendo construído desde a década anterior, dentre as consequências negativas está o aumento da informalidade do emprego.

“é verdadeira a assertiva de que houve expansionismo da política fiscal entre 2012 e 2014. O problema é que esse estímulo fiscal se deu sobretudo por meio de subsídios e desonerações, que se mostram pouco efetivos em dinamizar a demanda agregada, e em detrimento dos investimentos públicos, que (...) apresentam maior efeito multiplicador sobre a renda e o emprego no curto e no longo prazo” (Carvalho, 2018, p.88)



**Gráfico4: Variação do PIB e do Desemprego (2014 - 2016)**



Fonte: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pnad Contínua (IBGE), 2013 a 2016; Ipeadata.

Carleial (2015) expõe que a partir de 2011 as consequências do cenário internacional a) redução do crescimento da China; b) crise do euro e c) frágil recuperação norte americana, afetam a economia nacional, que começa a desacelerar. Na tentativa de voltar ao crescimento econômico o governo adotou medidas anticíclicas. A partir de então estava em curso um movimento mais amplo, de reorientação da forma de atuação do Estado na economia. (Gentil, D., 2017, p.16)

O governo esperava que a redução do custo do trabalho estimulasse a criação de emprego, quando é sabido que a demanda por trabalhadores depende do comportamento do mercado de bens, o que por sua vez depende da expectativa de lucratividade do empresário, ambas em queda. (Carleial, 2015, p.207)

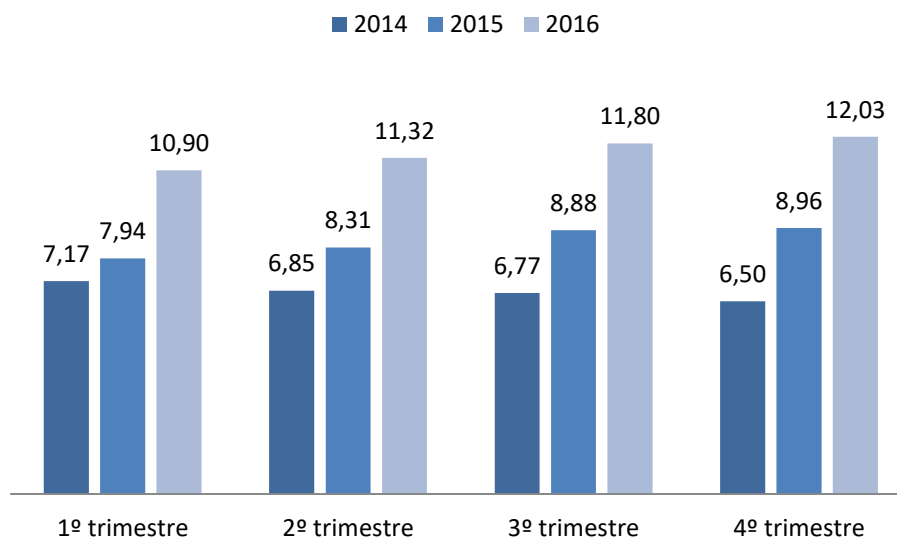
Ainda sobre a adoção de uma política fiscal contracionista Gentil (2017, p.21) afirma:

Foi particularmente adverso para o dinamismo econômico o fato de que as desonerações tenham sido liberadas sem exigência de contrapartidas na forma de elevação do investimento, geração de

emprego, preservação ambiental, garantia de direitos trabalhistas e demais proteções sociais.

### 3.2.1 Evolução da taxa de desemprego

**Gráfico 5: Taxa de Desemprego Trimestral (2014 – 2015)**



Fonte: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pnad Contínua (IBGE), 2013 a 2016

Ao analisar a evolução da taxa de desemprego por trimestre é notável que até o final do ano de 2014 os efeitos da crise econômica ainda não tinham sido sentidos no nível de ocupações no mercado de trabalho, parte disso se justifica pelo efeito sazonal de criação de empregos temporários no fim do ano, porém na passagem do quarto semestre de 2014, para o primeiro semestre de 2015 o percentual de desemprego cresce de 6,5% para 7,94%, esse aumento significativo insinua que a partir de 2015 os efeitos da crise econômica e política já atingem o mercado de trabalho, se agravando pelo resto do ano e o ano seguinte.

Saboia (2009) argumenta que a trajetória positiva do mercado de trabalho, protagonista de parte da política de expansão da demanda com a valorização do salário mínimo, nos quinze anos anteriores à crise muito tem a ver com uma conjuntura política e econômica específica e favorável que se apresentou nesse período, porém que não foi mantida. As novas circunstâncias repercutiram negativamente sobre o mercado de trabalho, com aumento do desemprego.

A crise política e econômica que se abateu sobre o país a partir de 2014 impactou fortemente o mercado de trabalho brasileiro, levando a uma deterioração dos seus indicadores, em especial a taxa de desocupação, que alcançou níveis extremamente elevados no final de 2016. (Saboia, et al., 2019, p.33)

Em análise dos microdados presentes na PNAD contínua (Saboia, 2019, p.4) constata que “o aumento contínuo da taxa de desocupação, da informalidade e, em menor medida, a queda do rendimento médio do trabalho, vêm apontando para as dificuldades crescentes enfrentadas pelo mercado de trabalho.” Esses são alguns sinais que podem ser observados a partir do fim de 2014 e que apontam para a crise do mercado de trabalho.

Os efeitos da crise econômica são observados no mercado de trabalho a partir do ano de 2015, quando “os empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), perderam 1,6 milhão de postos de trabalho registrados celetistas nesse ano” (Cacciomali, Tatei, 2016, p.112). Com a diminuição da oferta de empregos, cresce o número de desempregados e também de trabalhadores informais. Essa nova configuração resulta na regressão do sucesso na diminuição da desigualdade de renda alcançada na década anterior. De 2014 a 2015, em função do forte crescimento do desemprego, há crescimento da desigualdade da distribuição da renda na PEA. (Hoffmann, 2017, p.4)

Verifica-se que o rendimento médio da PEA para os dois primeiros trimestres de cada ano cresce de 2012 a 2014 e cai nos anos seguintes; mas a média referente ao terceiro trimestre de cada ano já está caindo em 2014; pode-se dizer que os dados da PNAD contínua indicam que a crise se manifestou como queda da renda média a partir de meados de 2014. (Hoffmann, 2017, p.8)

### **3.2.2 Variação de ocupação com carteira assina, sem carteira assinada e por conta própria.**

**Tabela 5: Variação percentual em relação ao trimestre do ano anterior (2013 – 2016)**

Variação percentual em relação ao trimestre do ano anterior	Trimestre				Variação anual
	1º	2º	3º	4º	
Empregos com Carteira					
2014 - 2013	4,64	5,07	3,1	1,37	3,55
2015 - 2014	-1,66	-2,44	-3,26	-2,47	-2,21
2016 -2015	-3,18	-3,55	-3,13	-4,05	-3,48
Empregos sem Carteira					
2014 - 2013	-3,15	-3,45	-3,04	-1,74	-2,84
2015 - 2014	-2,7	-1,87	-0,07	-1,86	-1,63
2016 -2015	-1,85	1,52	1,19	3,82	1,17
Empregos conta própria					
2014 - 2013	1,92	1,25	2,53	2,16	1,97
2015 - 2014	4,2	4,65	3,54	5,38	4,44
2016 -2015	6,55	4,03	-1,56	-3,31	1,43

Fonte: IBGE, Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua.

Mesmo com a forte crise no mercado de trabalho ilustrada pelo aumento expressivo do número de desempregados a partir de meados de 2014, os impactos sobre os rendimentos do trabalho não foram tão intensos. Esse fato deve ser explicado pelos reajustes nominais do salário mínimo superiores à inflação desde 2012. A piora nos números do rendimento do trabalho começa a ser observada a partir da segunda metade de 2016 e a hipótese é de que isso tenha ocorrido pela substituição de empregados com carteira assinada pelos sem carteira assinada (Saboia, et al., 2019), logo estes não tem a segurança de receber o salário mínimo conforme determina a Constituição de 1988.

A partir de meados de 2016, no entanto, observa-se redução do número de trabalhadores por conta própria, concomitantemente à continuidade da queda dos trabalhadores com carteira e da elevação do número de empregados sem carteira. Este movimento indica o auge dos efeitos negativos da crise sobre o mercado de trabalho, pois não só os empregados com carteira se reduzem de maneira absoluta, mas também os conta própria. (Saboia, et al., 2019, p.16)

Ainda com microdados da PNAD contínua, é possível distinguir a população ocupada em sete distintas classificações Hoffmann (2017) conclui que no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016, a partir de 2014,

quando o país entra em crise, a proporção de empregados sem carteira não aumenta junto com o desemprego e na verdade há um crescimento dos trabalhadores por conta própria, enquanto funcionários públicos e militares se mantêm estáveis e que esse cenário de diminuição da participação de trabalhadores com a carteira assinada se aplica nos setores secundários e terciários, mas há uma peculiaridade no setor agrícola, no qual há um crescimento da participação dessa categoria. “Ao contrário do que aconteceu no total da economia, no setor agrícola ocorreu crescimento da participação dos empregados privados com carteira, que sobe de 15,1% no primeiro trimestre de 2014 para 17,1% no último trimestre da série.” (Hoffmann, 2017, p.14)

Quando se fala em reflexos da crise no mercado de trabalho, esses vão para além do aumento da taxa de desemprego, apesar desse ser o principal dado observado, mas a nova composição do mercado, com a diminuição de trabalhadores com carteira assinada implica na perda de direitos trabalhistas que a formalidade empregatícia proporciona, além disso, a diminuição da renda média é outro fator que ilustra os efeitos negativos da crise sobre o mercado de trabalho, diminuindo o poder de barganha e de compra dos trabalhadores.

O aparecimento do déficit fiscal fez com que o segundo governo de Dilma Rousseff tivesse um elevado corte de gastos e um conjunto de políticas contracionistas na tentativa de equilibrar as contas públicas, porém “o que tende a ocorrer é queda do crescimento econômico, desestímulo aos investimentos com todas as consequências negativas sobre o emprego e a renda” (Carleial, 2015, p.209). Dentre essas consequências negativas o aumento da informalidade do emprego ainda traz consigo prejuízos ao estado de bem-estar social que vinha sendo construído.

Em suma, a recuperação do mercado de trabalho, e todos os benefícios sociais a ele ligados, estão associados a uma recuperação da atividade econômica do país e esta deve passar por um projeto que visa além do crescimento, uma maior independência nacional, para que possamos ser menos vulneráveis as variações externas, ainda que estejamos incluídos no mercado mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil ainda é um país de bases frágeis, tanto econômicas, quanto políticas. Desde 1930, na maior parte do tempo, a política econômica praticada no país seguiu a corrente desenvolvimentista, na tentativa de sobrepor o subdesenvolvimento. Porém, ainda que tenhamos vivido períodos de maior bonança, muitas das vezes esses estavam ligados a um cenário mundial que favorecia a economia do país.

A tentativa de superar o *status* de subdesenvolvido e primário-exportador fez com que políticas voltadas para a industrialização fossem a principal pauta de desenvolvimento do país. Por isso se fez necessário passar tantas vezes por esse ponto para que fosse possível entender os ciclos econômicos pelos quais passamos e o panorama do mercado de trabalho em cada um desses.

Até o final da década de 1980 era difícil mensurar a quantidade de força de trabalho que estava desempregada porque não existia um levantamento específico, o qual só surgiu a partir de 1992 com a PNAD e então foi possível observar melhor as tendências do desemprego.

O período compreendido entre 1990 e 2014 é marcado por duas fases e cada um dessas têm mudanças no mercado de trabalho ligadas a sua composição e a valorização do emprego, estas são reflexo da orientação política vigente em cada uma dessas fases. Na primeira, entre 1990 e 2004, prepondera o crescimento dos empregos não formais, do tipo terceirizados e por conta própria, característicos da orientação ortodoxa e também não há valorização significativa do salário mínimo. Na segunda fase, nota-se tanto um crescimento do emprego formal, quanto também uma política forte de valorização do salário mínimo, influenciando diretamente na melhora das condições sociais da população.

O ciclo negativo que resultou nos péssimos números do mercado de trabalho a partir de 2015 são resultados da crise do Novo Desenvolvimentismo, a qual é marcada por uma recessão econômica iniciada em 2014, porém essa foi resultado de uma trajetória negativa que partiu da desaceleração do crescimento e que foi agravada por má condução da política econômica pelo governo, além disso, também havia uma instabilidade política impulsionada pela pressão do mercado. Este desfecho, dramático sob múltiplos aspectos, remonta a 2011, primeiro ano do governo da Presidente Dilma Rousseff, quando ocorreram, simultaneamente, o agravamento do cenário externo, na esteira da crise internacional iniciada em 2008 e a reorientação da política macroeconômica no plano interno. O prolongamento da recessão na Europa, a redução do dinamismo da economia chinesa e a queda dos preços das *commodities* a partir de 2011 trouxeram perda de dinamismo para a economia nacional.

Portanto, a partir da reflexão e dos dados apresentados é possível constatar que os reflexos negativos do mercado de trabalho entre os anos de 2014 e 2016 – e que ainda perduram até o período de conclusão dessa pesquisa - não derivavam propriamente de uma política trabalhista, mas de um conjunto de circunstâncias políticas e de política econômica equivocada que levaram o país a uma crise que gerou consequências abruptas ao mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. **Texto para Discussão Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2015.
- BALTAR, P. E. D. A.; DEDECCA, C. S. Notas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil durante a industrialização restringida. **CADERNOS DO CESIT**, Campinas, 12, 1992.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - Uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 1998. p. 13 - 68.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1994 a 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria Novo-Desenvolvimentista: Uma Síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, 11, n. 19, 2016. 145-165.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Mercado de Trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, Campinas, 30(87), 2016. 103-121.
- CALIXTRE, A.; FAGNANI, E. A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003 - 2014). **Texto para Discussão. Unicamp. IE**, Campinas, 295, 2017.
- CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Texto para Discussão. Unicamp. IE**, Campinas, 304, 2017.
- CARLEIAL, L. M. D. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, 29(85), 2015. 201-214.
- CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.
- CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo - um balanço. **Estudos Avançados**, São Paulo, 26 (75), 2012. 77-90.
- COSTANZI, R. N. Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda. **Texto para discussão nº1039 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2004.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e Precursores do desenvolvimento no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate de Estudos Pós-Graduados em Economia Política - Departamento de Economia PUCSP**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225 - 256, 2004.



GENTIL, D. L. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, p. 10-31, 2017.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda na crise: dados trimestrais de 2012 a 2016. **Texto para Discussão n. 39 do IEPE/Casa das Garças**, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>

\_\_\_\_\_. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2.ed. rev. e atual. do v.3 de Séries estatísticas retrospectivas – Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MANZANO, M.; SALAS, C. Desenvolvimento ao fio da navalha: economia e trabalho no Brasil: 1995 - 2014. **Revista de Economia Crítica**, Campinas, v. 21, p. 3-20, 2016.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. O Brasil a década de 90: uma transição bem-sucedida? **Textos para Discussão do BNDES**, Rio de Janeiro, 2001.

SABOIA, J. et al. Mercado de Trabalho, Salário Mínimo e Distribuição de Renda na Desaceleração e Crise do Período 2012/2017. **Textos para Discussão IE-UFRJ**, 4, 2019.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. D.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, p. 507-524, 2007.